

uma violência que se dá pela dinâmica das disputas territoriais entre os grupos criminosos, pela dinâmica que se dá no empurrar da população negra cada vez mais para a pobreza, uma violência que se dá, sim, também, pela atuação policial.

Nós não podemos naturalizar que vivamos num único Estado do Brasil, e que se fosse um País, seria um dos únicos no mundo em que a participação da Polícia no conjunto dos homicídios que acontecem na sociedade é ao redor de 40% ao ano. Eu quero chamar a atenção dos Deputados. A participação das nossas forças de segurança no conjunto dos homicídios que acontecem em um ano no nosso Estado, gira ao redor de 40%. Isso não existem em nenhum outro lugar do mundo. Uma participação tão grande das forças de segurança no número de mortos. Infelizmente, no meio desses mortos, vemos pessoas como Kathlen, como João Pedro, como tantas outras que se perderam. Então, temos que reafirmar, sim, o direito à vida, temos que reafirmar, sim, que a juventude negra é a principal vítima das dinâmicas de violência que existem na nossa sociedade, precisamos reafirmar, sim, que a juventude negra tem o direito de viver.

Eu concluo dizendo o seguinte: temos visto aqui na Casa discursos que tentam mostrar que reafirmar o direito à vida da juventude negra é defender bandagem, é defender isso, é defender aquilo. Esse projeto de lei, agora, que nós estamos votando é de uma pastora, uma pessoa séria, trabalhadora. Eu sou um professor com uma trajetória profissional consolidada, nunca me vi envolvido em nenhum tipo de escândalo, não há essas histórias nas nossas trajetórias. Tenho uma trajetória de vida dedicada à educação.

Tentar desqualificar a atuação das pessoas porque defendem o direito à vida da população negra, da população pobre, da população de favela, da população periférica é baixar o nível do debate. Por quê? Porque, enfrentando o debate com seriedade, não há quem legitime a violência que a nossa sociedade produz contra a população negra nem a violência da polícia nos territórios de periferia.

A polícia nunca atuaria no Leblon, em Icaraí, em Botafogo, no asfalto da maneira como atua nas favelas. Queremos que fuzis e drogas sejam apreendidos, queremos que essa rede criminal seja desmobilizada, queremos que o morador de favela possa viver em liberdade, sem ser oprimido pelo tráfico ou pela milícia. Mas isso tem que se construir respeitando e garantindo direitos e a dignidade desse morador, não impondo mais dinâmica de violência.

Esse é o debate que fazemos, que vamos continuar defendendo e que consideramos muito importante para que o Brasil deixe de ser esse país que, até hoje, reproduz a violência racista do que foi a escravidão.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - O próximo orador inscrito para declaração de voto é o Deputado Márcio Gualberto.

O SR. MÁRCIO GUALBERTO (Para declaração de voto) - Muito obrigado, Deputada Tia Ju.

Com o máximo respeito ao Parlamento, mas o discurso que eu acabei de ouvir é o ápice da desfaçatez. Caríssimos irmãos, eu tenho que chamar a atenção para alguns pontos, então, a minha fala, neste momento, vai ser um pouco diferente. Eu tive que pontuar algumas coisas que eu ouvi, a deixar que falassem os principais entusiastas do PL que foi aprovado, soberanamente aprovado. Eu respeito cada voto, apesar de o meu ter sido contrário. O Parlamento é para isso; no Parlamento, normalmente ou em algumas situações, as ideias prevalecem, uns perdem e outros ganham, concordo com o Deputado Rodrigo Amorim.

Depois de deixar esses Deputados falarem, cai por terra a construção que foi feita de que esse PL não cita a polícia, esse PL não tem nada a ver com a polícia. Esse PL foi criado, pensado, construído tendo em vista as acusações que eles fazem contra os policiais. Isso está claro, isso é um fato. Eu estou sendo objetivo. É só pegar os discursos e todos vão poder comprovar por si mesmos.

Eles não me enganam, eu conheço as estratégias. Como V.Exas. acabaram de ouvir, em pelo menos três ou quatro discursos, a polícia foi trazida para o cenário. Perguntem quem eles consideram genocida. Perguntem quem eles acham que está matando a juventude negra. Perguntem, deixem que eles falem. Este é o primeiro ponto.

Passando ao segundo ponto, eu vou fazer uma interrupção no raciocínio. O Deputado Waldeck Carneiro me deixou inspirado. Deputado Waldeck Carneiro, V.Exa. me inspirou ao se lembrar de um filme. Eu me lembrei de outro filme também, me lembrei de alguns filmes, mas para não chocar, vou trazer esse, que é mais suave: "Eu sei o que vocês fizeram no verão passado", Deputado Waldeck. "Eu sei o que vocês fizeram no verão passado". Belíssimo filme, Deputado Waldeck Carneiro, tem muito a ver com isso também.

A premissa é sim equivocada. Nós não estamos diante de um genocídio negro. O termo, como já falei, é equivocado e panfletário. Dentro do Parlamento nós fazemos política, mas eu não concordo com o discurso que foi feito por uma Deputada dizendo que tudo é ideologia. Não, não é. O conservadorismo não é uma ideologia e muito menos o Cristianismo. O ideólogo não parte da realidade, ele parte do seu achismo, parte de uma ideia que tem e a realidade tem que se acomodar ao que ele acha. A minha forma de fazer política não é esta. Então, sendo assim, pelo menos no meu fazer político, nem tudo é ideologia, muito pelo contrário, não tem nada de ideologia.

Esse discurso de dizer que nós temos a Polícia que mais mata e que mais morre não é um discurso meu e não é o discurso de muito parlamentares. Quem diz isso é o Marcelo Freixo e seus camaradas e discípulos, quem fala isso é ele que iguala, nivela a Polícia aos criminosos, quem faz isso é o Sr. Marcelo Freixo, não eu e não muitos parlamentares que conheço.

Mas ouvi, também, o discurso de que nós estamos preocupados com a vida. Estão preocupados com a vida e defendem o aborto? Estão preocupados com a vida e defendem a legalização e descriminalização das drogas? Estão preocupados com a vida, mas defendem o desencarceramento de presos, pouco se importando com a dor das vítimas?

Eu vou trazer um fato que alguns Deputados desta Casa já conhecem, mas talvez tenham se esquecido. O Deputado Alexandre Knoploch se lembra bem, o Deputado Rodrigo Amorim se lembra bem o que eu vou contar agora. É para desfazer essa hipocrisia que estou ouvindo. Houve um debate na Uerj sobre cotas. Estavam lá, me perdoem se me esquecer de alguém, eu, Deputado Rodrigo Amorim, Deputado Alexandre Knoploch, Deputada Mônica Francisco, Deputada Dani Monteiro, Deputado Flávio Serafini.

O SR. CORONEL SALEMA - Coronel Salema.

O SR. MÁRCIO GUALBERTO - Coronel Salema, muito obrigado. Você vai confirmar o que vou falar agora. Muitos Deputados daqui não se lembram, muitos não tomaram conhecimento, mas é preciso que eu fale para que vocês vejam o quanto essa turma é hipócrita. Eles gostam de acusar as pessoas, apontar os dedos, mas são hipócritas. Eu levei a carta de alforria da minha bisavó. Coronel Salema, Alexandre Knoploch também está, Rodrigo Amorim não sei, mas eu levei a carta de alforria da minha bisavó para esse debate para dizer que eu sou tão negro quanto você e eu sou contra cotas.

O auditório na Uerj estava lotado. A todo instante, eu, Alexandre Knoploch, Rodrigo Amorim, Coronel Salema, fomos ofendidos. Um rapaz negro veio por debaixo das câmeras para não ser filmado e ofendeu gravissimamente o Deputado Alexandre Knoploch, dizendo que, se não me engano, os nazistas não teriam feito o serviço completo. Não foi mais ou menos isso, Deputado Alexandre Knoploch?

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Exatamente.

O SR. MÁRCIO GUALBERTO - Essa é a galera que diz combater o racismo. O cara falou que os nazistas não fizeram o serviço completo. Mas não para por aí, não. Quando eu, negro, fui falar que era contra cotas, eles não me deixaram, eles ficaram vaiando, gritando o tempo inteiro. E sabe o que aconteceu no final? Nós fomos agredidos fisicamente. Para cima de mim não, vocês do PSOL, vocês não me enganaram. Agora, o leite já entornou, já votaram. Eu não tive como explicar tudo isso.

E, depois, alguns Deputados ficam chateados quando eu digo que são "pegadinhas". São! São cascas de banana esses PLs. Como que se combate racismo com mais racismo? Alguém me explique isso! Como é que se combate racismo com mais racismo? Tragam-me dois casos, ou melhor, me tragam dez casos. Não, cinco casos. Não, dois casos.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Peço para concluir, Deputado.

O SR. MÁRCIO GUALBERTO - Onde alguém tenha sido morto, desses casos foram apresentados, por causa da sua pele. Quem foi morto por causa da cor da pele? Qual policial que, na troca de tiro, olha assim "deixa o branco com o fuzil passar, eu vou acertar aquele negro com fuzil". Qual é o policial que faz isso? Qual é o policial? E agora vêm dizer que defendem a vida? Quem defende a vida está preocupado com a vida de todos, brancos, negros, amarelos, vermelhos, jovem, idoso, criança, recém-nascido, ainda por nascer, no ventre. Está preocupado com o ser humano de forma integral.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Peço para concluir, Deputado Márcio.

O SR. MÁRCIO GUALBERTO - Deputada Tia Ju, enquanto nós apanhávamos eu me lembrava lá de Atos dos Apóstolos. Porque falaram aí de religião. Atos dos Apóstolos, Capítulo 8. Enquanto Estêvão era massacrado, a palavra de Deus diz que Saulo ainda não era Paulo, mas Saulo estava ali consentindo e tudo. Enquanto éramos agredidos verbalmente e fisicamente, eu, Knoploch, Rodrigo Amorim, Salema, eu não vi ninguém falar para aquilo parar, para nós sermos respeitados. Não houve isso.

É 7, Atos Capítulo 7. E no início do Capítulo 8 que diz isso; Saulo lá estava consentindo em tudo. Graças a Deus, Saulo, depois, se converte. Peço a Deus que todos nós nos convertamos, que saíamos do erro. A começar por mim.

Para concluir, Deputada Tia Ju. Sabe o que os meus pais me ensinaram? Meus pais me disseram o seguinte: "Meu filho, quem quiser vencer precisa construir a sua vida sobre quatro pilares: Deus, família, estudo e trabalho". É assim que se vence na vida, não é por cotas, não. Deus, família, estudo e trabalho. É claro, venho dizer de forma honesta, que foi isso o que eu procurei fazer. Foi isso o que eu procurei e tenho procurado até hoje. E com a graça de Deus continuarei procurando até o fim da minha vida, Deputada Tia Ju.

Então, muito obrigado. Mas eu precisava contar também. E outra coisa, eu acho que eu tenho mais lugar de fala, brincando agora, tenho mais lugar de fala do que muitos. Eu sou nordestino, eu sou negro, eu moro em Padre Miguel. Ou seja, acho que não tem ninguém que poderia ser mais minoria do que eu, não é?

Então, deixando a brincadeira de lado, mas, eu acho que nós devemos olhar para todos sem olhar a cor da pele. O homem vale pelo brilho dos seus olhos, pelo seu caráter e não pela cor da sua pele.

Muito obrigado, e que Deus nos abençoe.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Obrigado, Deputado. Eu também sou nordestina, preta, evangélica, nasci na periferia, tudo...

Tem a palavra, para declaração de voto, o Sr. Deputado Waldeck Carneiro, que dispõe de sete minutos.

O SR. WALDECK CARNEIRO (Para declaração de voto) - Obrigado, Deputada Tia Ju. Já que estamos todos declinando as nossas descendências, eu já início falando que sou filho de paraiabano com uma pernambucana; já que estamos todos compartilhando esse trunfo da sociedade brasileira, que é a diversidade, que é a miscigenação, porém muitas vezes tratado como handicap, como déficit. Eu em orgulho muito das minhas raízes nordestinas que forjaram a minha infância e forjaram boa parte da minha formação.

Deputada Tia Ju, de saída eu quero fazer uma nota para fazer essa declaração de voto ao lindo projeto da minha amiga Deputada Mônica Francisco, que é minha parceira em várias lutas e em vários projetos também. Há muito tempo, em função desses bons vícios que desenvolvi como professor, tentando melhorar a cada dia, desenvolvi o hábito de aos domingos sugerir a quem interessar possa uma leitura diferente. Eu faço isso aos domingos à noite; geralmente coloco nas redes sociais a partir das 19 horas.

Indiquei para o Deputado André Ceciliano durante a Ordem do Dia, embora hoje não seja domingo, não o filme, mas o livro Ensaio sobre a cegueira, uma obra clássica, um romance do autor português José Saramago, publicado pela primeira vez em 1995, que, cerca de quinze anos depois, é verdade, foi adaptado para o cinema, mas eu fiz a indicação do livro do José Saramago, que nunca foi diretor de cinema.

Fiz essa indicação porque, na verdade, o Saramago nesta obra faz uma provocação à civilização, aos valores anti-humanistas, eu diria assim, que vão sendo propagados e difundidos na convivência social, como se todos estivessem vivendo uma cegueira, uma cegueira coletiva, e perdessem de vista que o essencial é nos mantermos humanizados. Manter-se humanizado significa respeitar a humanidade e a humanização nas suas diferentes caracterizações, inclusive na diversidade.

Por isso ele faz um apelo ao resgate à lucidez. Ele mesmo falou isso num documentário memorável em que ele discorre sobre a sua mensagem no livro Ensaio sobre a cegueira: "O que eu tento propor ali é que a humanidade resgate a lucidez", porque nós estamos nos dizimando, seja fisicamente, seja socialmente, seja pela violência, seja pelo preconceito, seja pelos estereótipos, seja pelos estigmas, enfim.

É nesse sentido que eu fiz essa sugestão, porque o tema em pauta é única e exclusivamente a violência que se abate sobre a juventude, em especial sobre a juventude negra. Não quero crer que haja no Parlamento brasileiro alguém que possa endossar, avaliar ou festejar o fato de que esses indicadores de violência estejam aumentando. Porque eles estão aumentando.

O Deputado Flávio Serafini, que interveio antes de mim agora há pouco, falou sobre as desigualdades escolares. É verdade. As desigualdades escolares estão presentes desde a estruturação do aparelho escolar brasileiro, mas sistematicamente elas afetam os mais pobres e os negros. Quem diz isso não sou eu; quem diz isso é o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira, o Inep, órgão oficial do Ministério da Educação.

Temos que nos debruçar sobre os indicadores de pobreza e de miséria. Aliás, nesse momento da vida brasileira, a pobreza e a miséria se ampliam de maneira dramática e afetam muitos segmentos da população, mais, notadamente, negros e negras. Quem diz isso não sou eu; é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, que aliás, está sendo ceceado pelo Governo Bolsonaro desde o início e vem sendo impedido de realizar o censo que já deveria ter sido feito, Deputada Tia Ju, no ano de 2020. Desde 2019 que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, vem sendo ceceado, vem sendo estrangulado do ponto de vista orçamentário pelo Governo Jair Bolsonaro.

Temos que nos dedicar, Deputada Tia Ju, ao estudo do fenômeno da intolerância religiosa - e nós estamos neste momento com uma CPI em curso na Assembleia Legislativa, da qual V.Exa. é a vice-presidente, a Deputada Martha Rocha é presidente, eu sou membro e o Deputado Átila Nunes é relator. Aliás, intolerância religiosa é uma expressão que eu deploro cada vez mais, expressão que não traduz o fenômeno da violência motivada pelo desrespeito, pelo ódio religioso, pelo racismo religioso.

Claro que a intolerância religiosa, qualquer que seja a religião afetada, Deputado Alexandre Knoploch, que é de matriz judaica, é sempre gravíssima, é sempre muito grave, seja afetando judeus, seja afetando batistas, seja afetando católicos, seja afetando umbandistas - é sempre muito grave. Entretanto, objetivamente os indicadores mostram que a as religiões mais afetadas por esse fenômeno são as de matriz africana. Quem diz isso de novo não sou eu; é o Iser, Instituto Superior de Estudos Religiosos.

O tempo todo percebemos que é um fenômeno da realidade

brasileira, decorrente diretamente da nossa principal nódoa enquanto nação, da nossa principal marca enquanto nação, infelizmente, que é a escravidão.

Aliás, domingo passado, Deputada Tia Ju, Deputada Martha Rocha, o livro que eu indiquei no domingo passado foi o segundo volume da trilogia do Laurentino Gomes, Escravidão II. O Laurentino pega nesse volume II todo o século 18, que é o século, como ele mesmo diz, em que começou a se dar no Brasil, Mônica, o processo de urbanização da escravidão, com uma presença cada vez maior de escravos nos ambientes urbanos, nas cidades, já que no primeiro volume ele pegou desde os primórdios, desde o primeiro leilão de homens e mulheres escravizados em Portugal em 1644 até a morte de Zumbi dos Palmares em 1695. Esse foi o livro que eu indiquei.

No caso específico proposto pela Deputada Mônica - e eu agradeço a Mônica Francisco não só por provocar o parlamento com esse projeto, como também por me conceder gentilmente a coautoria -, cujo o tema é a violência contra a juventude negra, os dados que eu vou citar quem diz não é o IBGE, não é o Iser, não é o Inep, mas o Instituto de Segurança Pública - ISP -, Instituto que a Deputada Martha Rocha conhece muitíssimo bem.

Dados de morte por intervenção de agente do Estado no ano de 2019, faixa de idade: 15 a 29 anos - portanto, a faixa da juventude -, dos casos confirmados pelo ISP: 81.4% vitimaram jovens pretos e pardos, 81.4% de todos os casos constatados pelo ISP, em 2019.

Vamos dar uma outra modalidade de violência, porque não estamos falando apenas da violência policial. Lesão corporal seguida de morte, ano de 2019, faixa etária de 15 a 29 anos: 75% das vítimas fatais são jovens, pretos e pardos.

Outra modalidade de violência. Latrocínio, roubo seguido de morte, em 2019, faixa etária de 15 a 29 anos: 66.7% dos jovens mortos, quase 70%, são pretos e pardos.

Ou vamos fingir que a realidade não existe, vamos forjar uma realidade virtual e viver numa bolha artificial, negando esses dados, ou precisamos enfrentar a realidade, enfrentar o fenômeno.

Por isso é muito importante que o calendário do Estado do Rio de Janeiro tenha, sim, uma data para bater na nossa cara todo dia que esse não é um problema só dos negros, só dos jovens, só dos parlamentares, esse é um problema da sociedade brasileira e fluminense que tem que ser enfrentado nas proporções em que se expressa.

Por isso, faço essa declaração de voto veementemente favorável ao Projeto e quero dizer, Deputada Tia Ju, para concluir, que ontem - em um contraponto a esta onda, e em sintonia com o Projeto da Deputada Mônica Francisco - a Deputada Dani Monteiro, que presidia a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, e eu, que sou membro da Comissão, recebemos, na sala de reuniões da Presidência da Casa - agradeço ao Deputado André Ceciliano, mais uma vez, por ter sempre essa disponibilidade do espaço da Casa para os Deputados -, 17 lideranças comunitárias, Deputado Carlos Minc, da área do Lins.

O Deputado Márcio Pacheco, líder do Governo, esteve presente, teve uma participação, como já disse, na Ordem do Dia, brilhante, de muita sensibilidade. Porque é muito importante que o Parlamento construa alternativas.

Há o fenômeno, Deputada Tia Ju - falamos classicamente do fenômeno da criminalização da pobreza, da juventude negra -, Deputada Mônica Francisco, da criminalização das lideranças comunitárias desses territórios. Esse é um dado gravíssimo.

Nós que somos porta-vozes da sociedade fluminense que, com muito orgulho, pelo voto popular, trouxe-nos aqui, esses líderes comunitários - presidentes de associações, dirigentes de coletivos, enfim - também têm a sua cota, a sua margem de representatividade que não lhes pode ser negada.

Contudo, muitas vezes, são tratados como parceiros, aliados de bandidos, ou não, como próprios bandidos num fenômeno perverso também de negação de suas lideranças e de criminalização do seu papel como líderes comunitários.

Por isso, faço esta declaração de voto, agradecendo à Deputada Mônica Francisco pela iniciativa e pela generosidade de abrir a propositura para outras coautorias, como foi o meu caso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - O próximo inscrito, para declaração de voto, é o Deputado Alexandre Knoploch. V.Exa. dispõe de sete minutos do tempo regimental.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH (Para declaração de voto) - Obrigado, Deputada Tia Ju, presidindo a nossa declaração de voto.

Ouvi atentamente ao que todos os Deputados e as Deputadas falaram e quero pedir vênias para dizer o seguinte: o que ouvimos foi um discurso, principalmente do PSOL, eleitoreiro, um discurso que não é verdade. Não é verdade que morre mais negro, óbvio que morre mais negro, não estamos discutindo o óbvio.

Como você deixa de ter essa quantidade de negros mortos? Porque a quantidade de negros mortos, hoje, é o resultado de políticas que não foram feitas ao longo do tempo, e hoje mais negros estão nas periferias, mais negros estão entrando no mundo do tráfico e, óbvio, que mais negros morrem, porque o percentual deles é muito maior do que brancos.

Não existe um extermínio da Polícia - "Ah, a Polícia entra e fala: 'Vamos matar todos os negros'". Diferente do que os nazistas faziam com judeus, ciganos e tantos outros. Não é isso o que a Polícia faz. É um discurso barato.

O que o PSOL poderia fazer, por exemplo, é apresentar a esta Casa Projetos que desenvolvessem a economia do Estado; que conseguíssemos, de fato, dar oportunidades de emprego para os jovens; que os jovens tivessem a opção de ter outras atividades que não sejam a de entrar no mundo do crime; que a educação, de fato, seja boa, eficiente e uma espécie de moldar o cidadão, com hierarquia, para que ele siga a vida dele.

Vou dar um exemplo.

Essa Polícia que vocês falam que é genocida.

Hoje, exatamente nesse momento, por conta própria, conseguiu o ônibus que foi emprestado para o projeto de jiu-jitsu da UPP da Providência que nesse momento tem mais de 100 crianças da Providência competindo jiu-jitsu no Maracanã, uma atividade na UPP da Providência feita por policiais militares que atendem 300 crianças, a maioria negra. Elas entendem que o esporte é uma alternativa para sair da opção que muitos acham que é única: o tráfico.

Para V.Exas. terem uma ideia, hoje há diversas crianças praticando jiu-jitsu e participando de competições. Eu, por exemplo, já citei várias vezes que deveriam existir projetos como o que havia na Prefeitura, a Nave do Conhecimento. Essa iniciativa deveria ter sido expandida para as comunidades, para os jovens verem que podem desenvolver softwares, podem trabalhar na área de TI, podem trabalhar com mecatrônica e ter outras opções.

Dizem que tudo isso é resultado da ineficiência nossa, como Parlamento, da ineficiência do Executivo. Não estou falando do Executivo de hoje, não. Aliás, ouvi um Deputado do PSOL botar a culpa no Governador Cláudio Castro. Isso é uma ignorância absurda! Para terem uma ideia, mesmo contra esta Casa, porque a maioria votou favoravelmente ao PDL da Cedeae, hoje de manhã, anunciamos R\$24 bilhões de investimento - saneamento, investimento na área de saúde, porque saneamento entra na área de saúde. Até 2033, 90% das pessoas terão água nas suas casas, coisa que não têm hoje. Da outorga que virá para os municípios também poderá se investir em educação. É isso que o Governador Cláudio Castro está fazendo.

Vamos parar de fazer discurso eleitoreiro, que fica vitimando as pessoas menos favorecidas para ter um punhadinho de voto de quatro em quatro anos. Esse é o voto de cabresto. O voto de cabresto é o que cega a pessoa, não o que abre os olhos dela. Precisamos abrir os olhos dos jovens, sejam eles negros, brancos, mulatos, índios, não importa, mas principalmente negros, porque eles são a maioria.

Nós temos que abrir os olhos deles, com o quê? Com oportunidade de educação, com oportunidade de desenvolver outras atividades, inclusive o esporte. Então, vamos parar com esse negócio de genocídio. Que genocídio? É só pegar todos os genocídios que acon-